

RELAÇÕES

BRASIL-PALESTINA-ISRAEL



AHMAD ALZUBI

MEM 
EDITORA

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece pesquisas, informações e análises, principalmente sobre o conflito entre a Palestina e Israel. Oferece, também, informativos sobre outras questões do Oriente Médio. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Oriente Médio e Norte da África.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça em toda a região, especialmente na Palestina.

MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça. Defende a restauração dos direitos palestinos, incluindo o Direito de Retorno, um Estado palestino com Jerusalém como sua capital e com a manutenção dos direitos democráticos. Defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que os formuladores de políticas sejam melhor informados, MEMO procura causar um maior impacto nos atores internacionais responsáveis pelas decisões-chave que afetam o Oriente Médio. MEMO busca uma cobertura da mídia justa e precisa sobre a Palestina e outros países do Oriente Médio.

Título: Relações Brasil-Palestina-Israel

Imagem de Capa: Prédios do Congresso Nacional cobertos com as bandeiras do Brasil, de Israel e da Palestina.

Publicado: Novembro 2021

Copyright © MEMO Publishers 2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem permissão prévia do proprietário dos direitos autorais.

Este relatório está disponível para download gratuito no site do Monitor do Oriente Médio: www.monitordooriente.com



Monitor do Oriente Médio
Avenida Conselheiro Carrão, 1077
Sala 706, Vila Carrão São Paulo
Estado de São Paulo, Brasil
telefone: +55 (11) 2093-0599
www.monitordooriente.com

Relações Brasil-Palestina-Israel

Ahmad Alzoubi

Jornalista especializado em questões do Oriente Médio e relações com a América Latina, diretor do MEMO Brasil



A América Latina é uma das regiões que mais apoiam a causa palestina no mundo, e isso ficou evidente no reconhecimento do Estado palestino por todos os países latino-americanos, com exceção do México e do Panamá. Os efeitos disso foram demonstrados no apoio às resoluções das Nações Unidas sobre os palestinos e seus direitos. Contribuiu para o apoio a ascensão de coligações e alianças democráticas-populares ao poder em países latino-americanos, que buscaram alguma independência em sua política externa, e menos reprodução dos ditames impostos pelos Estados Unidos da América e seu aliado, a entidade sionista.

Segundo o pesquisador e articulista do Monitor do Oriente Médio, [Bruno Beaklini](#), houve um período de maior inclinação de alguns países ao sul-global, às relações Brasil-mundo árabe, América Latina-mundo árabe, e às relações sul-sul, embora não representasse um rompimento com as políticas alinhadas ao Departamento de Estado dos EUA que predominaram desde a fundação do Estado de Israel.



Bandeiras de Israel, Brasil e Palestina



Entrevista com pesquisador e articulista do Monitor do Oriente Médio, Bruno Beaklini
A América Latina mudou novamente a partir da chegada de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos. O atual presidente brasileiro o considera seu ideal de política externa e segue a mesma linha. O que ocorre nessa virada,



de acordo com Beaklini, é que, “pela primeira vez o Brasil vai comprar uma agenda inteira dos EUA”. Jair Bolsonaro buscou se beneficiar da experiência de Trump, e alguns países da América Latina, como Costa Rica, Honduras, Guatemala e Paraguai fizeram como o Brasil, mudando ou ameaçando mudar sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, - embora o Paraguai rapidamente tenha retornado à sua posição anterior, mantendo seu endereço em Tel Aviv.

Relações Brasil-Palestina

Desde 1948, o Brasil adotou uma abordagem de neutralidade em relação à questão palestina e manteve-se quase em igual distância da ocupação sionista e dos palestinos, exceto por um breve período da década de 1970, quando o Brasil, sob o regime militar e durante o governo do presidente geral Ernesto Geisel (1974–1978), reconheceu a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1975, e assumiu a nomeação de um representante da organização palestina no Brasil (neste momento junto à representação da Liga Árabe, sediada no Rio de Janeiro). Ainda nesse mesmo ano, o Brasil votou a favor da Resolução nº 3379, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que define o sionismo como uma forma de racismo. Este

foi um progresso latino-americano em favor da Palestina na época.



Charge de Carlos Latuff, publicada em seu perfil no Twitter

Por outro lado, as relações Brasil-sionistas têm sido historicamente constantes e sólidas. O Brasil votou a favor da Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 29 de novembro de 1947,

que levou à recomendação da partilha da Palestina para o estabelecimento de um estado judeu. A ocupação sionista sempre buscou fazer seu relacionamento com o Brasil e

América Latina forte e extenso, apostando que isto facilitaria um apoio continental da América Latina.

Depois que o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, chegou ao poder, em 2003, uma mudança nas políticas em relação à Palestina começou e o Brasil assumiu um papel mais ativo na busca de resolução para o conflito palestino-israelense. Lula foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a entidade sionista e os territórios palestinos ocupados no ano de 2010.

A jornalista palestino-brasileira Soraya Misleh observa que o interesse principal de Lula era garantir ao Brasil um assento no Conselho de Segurança da ONU. Então se apresentava como um possível negociador, “amigo de Israel e da Palestina”.

Nesse período, o Brasil adotou uma postura pública de apoio aos direitos palestinos em fóruns internacionais por meio de votações favoráveis à Palestina nas Nações Unidas, o que culminou no reconhecimento do Estado da Palestina pelo Brasil, em dezembro de 2010, nas fronteiras de 1967, com Jerusalém como sua capital. Seguiu-se a visita do presidente palestino Mahmoud Abbas ao Brasil, no início de janeiro de 2011, para lançar uma pedra fundamental da então futura sede da Embaixada do Estado da Palestina em Brasília, durante a qual participou da posse da presidenta Dilma Rousseff (2011–2016).

O Brasil incentivou vizinhos. Argentina, Bolívia e Equador, então também governados por coalizões de corte democrático-popular, reconheceram as fronteiras de 4 de junho e, em seguida, um grande grupo de países latino-americanos fez o mesmo. A onda de reconhecimento na América Latina chegou até 2013, quando todos os países do continente reconheceram a Palestina como Estado, à exceção de México e Panamá.

O Brasil liderou os esforços que levaram à assinatura de um acordo de livre comércio entre a Palestina e bloco econômico Mercosul (20 de dezembro de 2011), de que são países membros Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela e países associados Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Chile, além de observadores México e Nova Zelândia. Apesar do simbolismo, devido ao baixo nível de comércio entre o Mercosul e a Palestina, o acordo deu ao lado palestino igual importância à que foi dada à ocupação sionista, que anteriormente havia assinado o mesmo acordo. O Mercosul contribuiu, assim, para elevar o status regional e internacional da Palestina.

O Brasil apoiou a Palestina não só politicamente, mas também financeiramente, e uma de suas contribuições mais importantes foi o apoio à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), com repasses que totalizaram 8,5 milhões de dólares destina-

dos aos programas da agência durante o período 2011–2013.

O Brasil continuou a apoiar os palestinos, chamando de volta seu embaixador em Tel Aviv em protesto contra uma agressão israelense à Faixa de Gaza em 2014 (Israel, em reação, ofendeu o Brasil qualificando-o de “anão diplomático” e país “politicamente irrelevante”). Também em 2014, o governo se recusou a credenciar o embaixador da entidade ocupante indicado para o Brasil, Danny Danon, por este residir em um dos assentamentos israelenses na Palestina ocupada, condenados pela ONU e pela comunidade Internacional. As relações permaneceram tensas devido à campanha pelo impeachment da presidenta, visto como possível facilitador de uma inflexão na política externa brasileira mais favorável ao lado israelense.

Soraya Misleh comenta :

Apesar dessas sinalizações diplomáticas, os governos Lula e Dilma mantiveram o pragmatismo predominante na política externa brasileira. Foi durante seus governos que o Brasil se tornou o quinto maior importador de tecnologia militar israelense. No período ainda, o Brasil abriu suas portas para que delegações latino-americanas se reunissem com empresas sionistas para ampliar seus negócios também nos países vizinhos.

Relações Brasil-Israel

Recentemente o Brasil se tornou um país do amigo da ocupação sionista e, durante o mandato do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, o primeiro-ministro da entidade ocupante, Benjamin Netanyahu, o visitou.

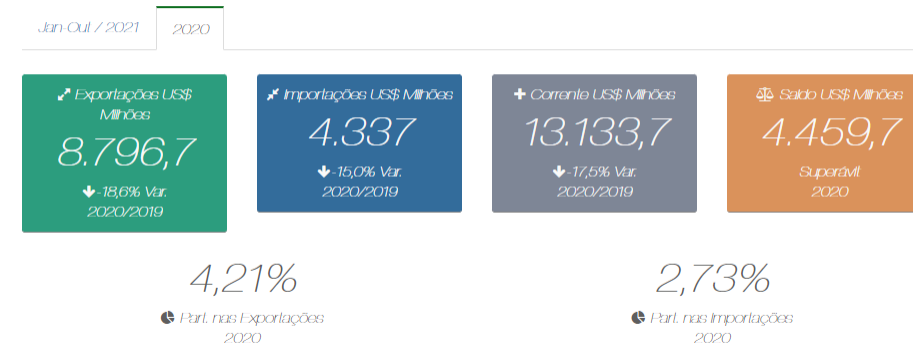
Eleito em 2018, Jair Bolsonaro identificou-se com o amigo Donald Trump, fazendo uma mesma defesa da ocupação, do governo de Netanyahu e refutando os direitos nacionais palestinos.

Segundo Soraya Misleh, Bolsonaro se tornou o representante sionista explícito na cadeira do Planalto, aprofundando relações comerciais com Israel e rompendo com o pragmatismo diplomático que dominou historicamente a política externa brasileira.

O mercado árabe constitui grande parte das exportações do Brasil (em 2020, o Brasil exportou aos países árabes 10,9 bilhões de dólares e teve com eles superávit na balança comercial de 5,6 bilhões de dólares), como disse o vice-presidente brasileiro, o general da reserva Hamilton Mourão, à Agência Reuters. Em março de 2019, o presidente brasileiro foi convencido a desistir de mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Mudá-la prejudicaria as exportações do país, especialmente as vendas de alimentos halal (o Brasil é o maior exportador mundial de proteínas halal, em grande medida para os países árabes e dois

não árabes - Turquia e Irã - do chamado Oriente Médio).

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Oriente Médio



Relações Comerciais:

Neste ano de 2021, a situação é ainda mais favorável ao Brasil na relação comercial com o mundo árabe e com o Oriente Médio em geral, comenta o presidente da [Federação Árabe-Palestina do Brasil \(Fepal\) Ualid Rabah](#). Conforme dados oficiais citados por ele, “até setembro o Brasil havia exportado para os países árabes 10,3 bilhões de dólares, contra 8,2 bilhões de dólares no mesmo período do ano passado. Um incremento de 2,1 bilhões de dólares. A balança comercial com o bloco árabe é amplamente favorável ao Brasil, com superávit de 3,5 bilhões de dólares, somente até setembro”.

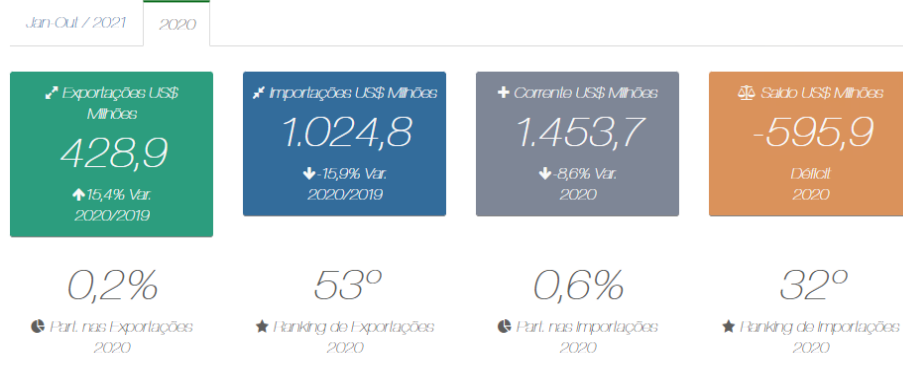
O mesmo aconteceu, lembra ele, quando consideramos os outros dois países importantes no Oriente Médio, Turquia e Irã, com as exportações até setembro de 4 bilhões de dólares, 1,3 bilhões de dólares a mais que no mesmo período de 2020. O superávit a favor do Brasil, nestes casos

também aumentou, saltando de 2,2 bilhões de dólares nos primeiros nove meses do ano passado para 2,7 bilhões de dólares até setembro deste ano.

Enquanto isso, Ualid recorda que Israel segue dando prejuízo ao Brasil. Até setembro, o Brasil vendeu 432 milhões de dólares a Israel e comprou do ente sionista 817 milhões de dólares. Um déficit para o Brasil de 384 milhões de dólares para nove meses, podendo chegar a meio bilhão de dólares no final do ano.

Israel

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Israel



“Quer dizer: que sentido faz o Brasil atrelar sua política externa em subordinação a Israel, que dá prejuízos, em detrimento do mundo árabe e dos demais países do Oriente Médio, que dá exportações somadas de 14,3 bilhões de dólares em nove meses, com superávit de 6,2 bilhões de dólares no mesmo período? Parece uma política externa suicida”, diz Ualid.



Reprodução de postagem do perfil do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), ao lado de seu irmão Flávio, no Twitter

É claro que o volume do intercâmbio comercial sionista com o Brasil equivale a cerca de 40% de todo o seu comércio com os outros países latino-americanos. Por ser o maior país do continente, o que mais negocia com a entidade sionista. Daí, também, sua importância neste cenário. Mas a exportação de produtos de Israel para o Brasil constitui 70% do comércio total entre os dois países, enquanto a importação do Brasil para Israel constitui 30%, o que significa que a balança comercial é favorável ao Estado da ocupação. Em 2020, por exemplo, uma balança comercial do Brasil com Israel foi negativa em quase 600 milhões de dólares e, em 2019, ainda pior, com déficit para o lado brasileiro de 833 milhões de dólares.



Reprodução de postagem realizada no Twitter pelo [Deputado Federal Eduardo Bolsonaro \(PSL\)](#)

De acordo com estatísticas oficiais israelenses, o volume de intercâmbio comercial entre Israel e o Brasil foi estimado em cerca de 1,5 bilhão de dólares em 2008, com cerca de 150 empresas israelenses atuando no Brasil no mesmo ano, incluindo 42 empresas de tecnologia agrícola, 42 na área de comunicações e 24 na área de segurança, além de 17 em equipamentos médicos, enquanto as configurações totais de bens israelenses para o Brasil em 2013 somaram um bilhão de dólares, sendo que cerca de 30.000 turistas brasileiros visitam Israel a cada ano.

Apesar de iniciativas anteriores no campo diplomático, de apoio às bases da Palestina, as relações comerciais do Brasil com Israel acabaram colaborando mais fortemente com a ocupação. Isso, segundo a editora do Monitor do Oriente Médio, Rita Freire, acontece especialmente no campo militar.

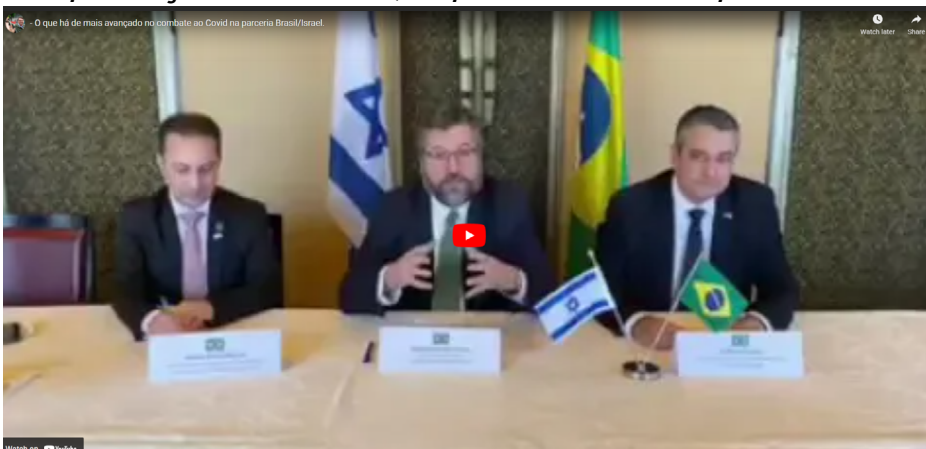
O problema, diz a jornalista, é que o Brasil é um dos maiores clientes da indústria de armamentos de Israel. Além de equipar seu Exército com produtos e treinamento israelenses, o país também é cliente dessa produção para abastecer e treinar suas polícias. E essas relações acabam associando o modelo de segurança do Brasil às práticas repressivas de Israel, às custas de equipamentos experimentados sobre os corpos palestinos. Rita Freire afirma:

Em 2015, quando participamos de uma missão humanitária à Palestina, dentro do Fórum Social Mundial, e com

apoio brasileiro, soubemos lá que a empresa Elbit, fornecedora de armas e sistema de vigilância para o Brasil, era fabricante dos drones usados no ataque do ano anterior à Gaza, onde 164 crianças palestinas foram mortas. Então, o Brasil sempre viveu essa contradição, de apoiar os palestinos na ONU, mas ajudar a financiar a indústria bélica que os mata e sustenta a ocupação, através dos negócios de segurança

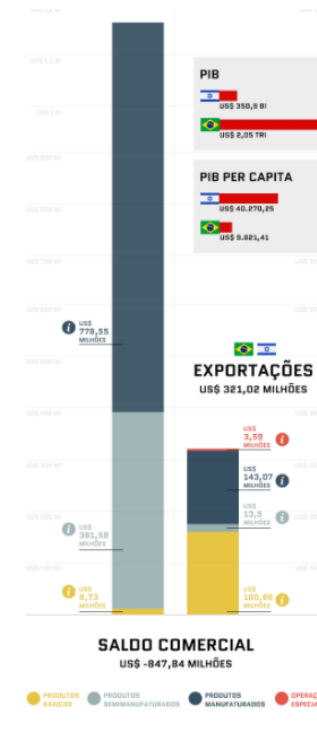
O comércio militar é o principal alvo das campanhas de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), para que o Brasil pare de adquirir armamentos, equipamentos de vigilância e treinamento repressivo de Israel até que a ocupação da Palestina acabe. Outras empresas visadas pela campanha BDS são a Afcon Holdings, a Rafael Defense, a Carmor, a Contact International, fabricantes de equipamentos militares. Rita Freire completa:

Também há o mercado voltado ao agronegócio, com insumos, agrotóxicos e tecnologias de irrigação para as plantações brasileiras, o que é doloroso se pensarmos na



destruição de plantações palestinas, constantemente denunciada e o apartheid da água imposto aos nativos em plena capacidade produtiva da região do Rio Jordão.

Apesar da atual política externa brasileira, os palestinos ainda têm um lampejo de esperança de que os países da América Latina não aceitem a condição de promotores da narrativa de ocupação, propagada pelos Estados Unidos da América. Esperam, pelo contrário, que seus governos sejam solidários e participem da luta palestina em fóruns internacionais, tribunais criminais, rompendo relações comerciais com a ocupação e as empresas que atuam nos assentamentos ilegais, e que sejam ativos na oferta de apoio político e material ao povo palestino.



MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordooriente)